

SUBSÍDIOS PARA A TRANSIÇÃO

**GRUPOS TÉCNICO
SAÚDE**

NOTA 01

Assistência Farmacêutica

afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea

Programa Assistência Farmacêutica

Fabiola Sulpino Vieira¹

1. Diagnóstico

A assistência farmacêutica (AF) envolve um conjunto de atividades relacionadas aos medicamentos a fim de garantir o acesso e o uso racional desses produtos e, com isso, promover, prevenir e recuperar a saúde dos indivíduos. No Sistema Único de Saúde (SUS), a AF avançou bastante nas últimas décadas com a ampliação da oferta de medicamentos e a estruturação dos serviços farmacêuticos. Entretanto, o acesso da população a esses produtos ainda constitui um importante gargalo no Brasil.

Em 2019, somente 7% das despesas de consumo final de medicamentos foram financiadas pelo governo no país¹. No mesmo ano, 87,7% dos gastos com medicamentos e artigos médicos foram financiados diretamente do bolso². Ainda que o consumo de medicamentos sem desembolso, proporcionado majoritariamente pelo SUS, beneficie principalmente pessoas de menor renda e idosos³, o fato de que a maior parte do gasto é financiada pelos indivíduos no momento do uso acende um alerta sobre a barreira de acesso para pessoas de menor renda. Gastos com medicamentos constituem a maior parcela dos gastos em saúde e comprometem proporcionalmente mais a renda dos mais pobres⁴.

Entre 2010 e 2019, a despesa com a aquisição de medicamentos diretamente pelo Ministério da Saúde (MS) diminuiu em alguns anos, principalmente pela queda na quantidade de produtos adquiridos, o que pode ter contribuído para o desabastecimento de medicamentos no SUS⁵. Também houve importantes relatos nos últimos anos sobre a falta de medicamentos que estão sob a responsabilidade direta do MS⁶. Como se pode observar na Tabela a seguir, desde 2016, o gasto do MS com medicamentos decresceu, exceto em 2021, quando aumentou significativamente por causa da compra de vacinas e de outros medicamentos para enfrentamento da pandemia da COVID-19. Ressalta-se a queda de 33,6% da despesa com o Componente Especializado entre 2016 e 2021, cuja ação orçamentária financia também medicamentos judicializados.

TABELA 1

Gasto em medicamentos do Ministério da Saúde, segundo os Componentes da Assistência Farmacêutica (2013-2021)

	Em R\$ milhões de 2021									
COMPONENTES DA AF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
BÁSICO	1.693	1.654	1.358	1.514	1.375	1.543	1.533	1.531	1.580	
Promoção da AF na atenção básica	1.679	1.648	1.350	1.508	1.371	1.538	1.524	1.522	1.573	
Plantas medicinais e fitoterápicos	14	6	8	6	4	5	9	9	7	
ESTRATÉGICO	2.401	3.315	5.620	6.187	6.151	6.191	7.524	7.532	30.489	
Imunobiológicos	1.019	1.575	3.345	3.442	3.778	3.389	4.220	4.020	11.415	
Pandemia COVID-19	0	0	0	0	0	0	0	133	16.188	
Hemoderivados	319	538	775	1.365	1.244	1.390	1.345	1.212	1.112	
Programas de saúde estratégicos	131	164	338	242	176	163	106	173	123	
HIV/Aids	932	1.037	1.163	1.139	953	1.249	1.853	1.993	1.652	
ESPECIALIZADO	7.100	6.615	7.075	8.279	6.488	5.442	4.800	4.626	5.496	
TOTAL	11.194	11.583	14.054	15.980	14.013	13.177	13.856	13.689	37.565	

Fonte: Siga Brasil. Observação: despesa liquidada.

¹ Nota elaborada para compor documento da Afipea. As posições emitidas são de exclusiva e inteira responsabilidade da autora e não refletem, necessariamente, a posição do Ipea.

Adiciona-se a isso o fato de que houve incorporação de tecnologias em saúde em ritmo acelerado, mesmo com a restrição orçamentária severa enfrentada pelo MS por causa do Teto de Gastos⁷, e que as políticas de fomento ao desenvolvimento de fármacos e medicamentos foram pouco efetivas, em parte, por sua fragmentação⁸.

2. Propostas

O Teto de Gastos constitui importante barreira para o financiamento do SUS. A ampliação da participação do governo no financiamento de medicamentos passa pela revogação ou flexibilização dessa regra fiscal. Mas também é preciso melhorar a gestão dessas tecnologias e enfrentar o problema da judicialização da saúde. Assim, propõe-se:

- Ampliar o financiamento de medicamentos por parte do MS e rediscutir as responsabilidades de cada esfera de governo no financiamento desses produtos;
- Revisar o processo de avaliação de tecnologias em saúde, especialmente para que evidências econômicas (oriundas de avaliações de custo-efetividade e de impacto orçamentário) sejam adequadamente empregadas nesse processo;
- Avaliar os processos de aquisição e de logística de medicamentos, buscando implementar ações para correção de eventuais ineficiências; e
- Rediscutir as políticas de fomento à pesquisa, desenvolvimento e produção de fármacos e medicamentos no Brasil, visando à garantia de oferta desses produtos à população e a sustentabilidade do SUS.

Referências

¹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Conta-Satélite de Saúde 2010-2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <<https://bit.ly/3TdJe0d>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

² BRASIL. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Contas de saúde na perspectiva da contabilidade internacional: conta SHA para o Brasil, 2015 a 2019. Brasília: Ipea, 2022b. Disponível em: <<https://bit.ly/3hOKcBP>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

³ MORAES, R. M.; SANTOS, M. A. B.; VIEIRA, F. S.; ALMEIDA, R. T. Cobertura de políticas públicas e acesso a medicamentos no Brasil. Revista de Saúde Pública, n. 56, 58, 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3hVXqww>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

⁴ GARCIA, L. P.; MAGALHÃES, L. C. G.; SANT'ANNA, A. C.; FREITAS, L. R. S.; AUREA, A. P. Dimensões do acesso a medicamentos no Brasil: perfil e desigualdades dos gastos das famílias, segundo as Pesquisas de Orçamentos Familiares 2002-2003 e 2008-2009. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3TIKY09>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

⁵ VIEIRA, F. S. Indutores do gasto direto do Ministério da Saúde em medicamentos (2010-2019). Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão n. 2634). Disponível em: <<https://bit.ly/3hV6QZp>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

⁶ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Saúde. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise, n. 29, p. 1-56, 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3tE7tsW>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

⁷ VIEIRA, F. S.; PIOLA, S. F.; SERVO, L. M. S. Avaliação e decisão sobre tecnologias em saúde no SUS: uma análise de fatores de influência sobre o processo decisório. In: KOGA, N. M. et al. Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: Ipea, 2022.

⁸ VIEIRA, F. S. Políticas de fomento ao desenvolvimento de fármacos e medicamentos no Brasil: panorama de 1998 a 2020. Rio de Janeiro: Ipea, 2022. (Texto para Discussão n. 2783). Disponível em: <<https://bit.ly/3hVbIO8>>. Acesso em: 18 nov. 2022.